

ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA EDUCAÇÃO FEMININA (O CASO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO DISTRITO DO PORTO NA DÉCADA DE 30)*

MARIA CRISTINA TAVARES TELES DA ROCHA**

INTRODUÇÃO

Em termos históricos, o processo educativo feminino parece ter sido pautado pela passagem da educação privada, doméstica ou realizada na intimidade dos conventos ou colégios, para a educação pública, progressivamente escolar, embora com as “nuances” educativas que o ensino particular, nas diferentes formas de que se reveste, permite. Mais do que a forma, é progressivamente o peso do saber escolar que se impõe e que importa compreender.

O processo é o da secularização da mulher que se processa em três campos: no campo do saber, pela sua progressiva participação no saber academicamente instituído; no campo institucional, pela passagem progressiva da família e da Igreja para o Estado; e no campo do desempenho social, através do exercício de profissões exteriores ao mundo doméstico.

A educação feminina é assim o nosso objecto de estudo. A questão de base é a da apreensão de uma condição e de como ela se manifesta a nível da esfera educativa,

como se configura no acesso ao saber. O ciclo de estudos em análise é o ensino secundário liceal que, pela sua própria natureza, se apresenta como um ciclo privilegiado para a formulação e captação de estratégias educativas por parte dos agentes sociais: Estado, Igreja e classes sociais.

É do seu carácter “desinteressado”, da sua aparente inutilidade social, para além da formação do carácter através de um saber improdutivo, que lhe vem toda a utilidade social, a afirmação de uma barreira e de um nível⁽¹⁾, a produção de uma distância social.

É a “ausência de toda a preocupação profissional imediata”,⁽²⁾ sobretudo a criação de um corpo moral e cultural que parece defini-lo; no entanto é simultaneamente preparatório da frequência universitária pela aptidão de espírito que promove. Ora, a frequência do ensino secundário e o seu diploma criam condições de ascensão social ou de manutenção de posição para determinados grupos sociais, pelo acesso que permitem às carreiras administrativas ou após frequência universitária, às profissões liberais e outras. Se para uns constitui, pela sua “inutilidade”, uma cultura de luxo, para outros significa a detenção de um património com valor no mercado de trabalho.

Para o caso feminino, este valor promocional do diploma liceal ganha uma importância específica: por um lado existe a possibilidade histórica de ser obtido; por outro lado com ele opera-se uma transfiguração, pela passagem que permite de uma

* Este artigo tem por base a comunicação apresentada no encontro “La Place des Filles et le Role des Femmes dans l'Education Secondaire et Supérieure. Evolutions et Perspectives d'Avenir dans un Contexte Européen” no Instituto Universitário Europeu em Florença em 1990 e a investigação realizada para efeito da obtenção do grau de mestre em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

** Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

identidade sexual estrita para uma identidade escolar mais liberalizadora. À mulher, munida do diploma liceal não só estão abertas determinadas carreiras profissionais não manuais, como também por esse facto a sua identidade social aproxima-se de uma identidade profissional, podendo dizer-se que de alguma maneira, o diploma escolar permite anular formalmente a desigualdade sexual.

Para qualquer dos casos, o ensino secundário sobrepõe-se como forma escolar a uma etapa de grande intensidade educativa, preparatória da vida social plena, e em função da qual sócio-historicamente se ergiram modelos educativos e pedagógicos complexos, como o colégio do séc. XVI e o liceu do séc. XIX.

Este, ao ser criado e ao expandir-se, não ocupa em Portugal todo o campo educativo, subsistem formas privadas e privativas de educar, como o ensino doméstico, individual e em colégio, que não sendo unicamente dirigidas para as raparigas, ganham uma particular expressão, quando compreendidas em relação ao feminino.

Sob a capa aparentemente homogeneizante do Ensino Secundário, escondem-se, em função da via pública ou privada, uma pluralidade de estratégias educativas e escolares, cuja compreensão para o caso feminino, mas não somente, nos remetem para as classes sociais e a sua expressão ao nível dos investimentos educativos e que tentamos captar através da recolha e tratamento de informação, não só da população liceal como do ensino particular nas suas modalidades em colégio, doméstica e individual.

A coexistência do público e do privado, no mundo educativo, é ainda um lugar privilegiado de observação das dinâmicas e articulação do Estado e da Igreja e da capacidade relativa que apresentam de imprimirem a sua marca e direcção educativas à sociedade.

A década em análise, a década de 30, em Portugal é rica de solicitações intelectuais particularmente neste campo. Como fase de mudança não é unívoca nas suas

manifestações. Ao mesmo tempo que se reforça o poder do Estado e que este imprime a sua ortodoxia à sociedade e à educação, dotando o ensino público não só de finalidades nacionalistas e patrióticas e, sobretudo o liceal de um carácter elitista. O Liceu é "invadido" por uma procura crescente e marcadamente feminina. Simultaneamente, dá-se uma "explosão" no crescimento do ensino particular, propiciado pelo novo regime, mas subordinado ao modelo estatal.

A problemática da educação feminina nos anos 30 e em Portugal é assim inseparável das instituições que a enquadram, tornando desta forma mais complexa a apreensão de uma condição, pela análise de via educativa escolar, visto que esta, circunscreve não uma mas várias condições, resultantes de estratégias particulares e educativas, com referências e contornos histórico-sociais diversificados. Por hipótese, o liceu feminino, forma educativa secular e credencial, constitui meio de mobilidade social ascendente ou de manutenção de uma posição para determinadas fracções das classes urbanas, por outro lado, a frequência do colégio e do ensino particular na generalidade, constituindo um meio histórico de educação das raparigas das classes superiores e não pressupondo geneticamente certificação escolar alguma, vai coexistir com o ensino oficial e em alguns casos funcionar como a sua alternativa escolar.

I — EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM PORTUGAL NOS ANOS 30

Os estudos, que no campo da sociologia da educação recentemente se têm debruçado sobre as relações entre o sistema educativo e o período compreendido entre o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974, têm salientado o carácter tradicional (?) da sua relação; ou para usar outra expressão, tratar-se-ia de uma reacção contra a modernidade, (4) consubstanciando-se genericamente a política educativa, e de uma forma particular nos anos 30, num

processo de ajustamento da educação escolar à estrutura social, (5) de modo a contrariar aspirações sociais formuladas através do sistema educativo.

É neste quadro que ganha legitimidade a discussão levada a efeitos acerca do analfabetismo e das suas virtualidades morais em detrimento da perigosidade social da instrução.

Assim sendo, o sistema educativo português apresenta nesta fase, de uma forma muito embrionária tendências no sentido do que é considerado ser o primeiro estágio da evolução característica do sistema de ensino nos países industrializados ocidentais, com um ensino primário universal e terminal para a maioria e uma minoria ingressando no ensino secundário e no ensino superior. (6)

Ao Liceu parece reservar-se um papel específico na produção das elites, demarcando-se duas vias no ensino secundário, o técnico e o liceal. Este vai ser amplamente regulamentado a partir de 1926, visando os diplomas legais atenuar a sua apetência social alargada, sendo a partir de então dotado de um carácter mais educativo, mais selectivo o seu acesso e mais onerosa e disciplinada a sua frequência.

Deseja-se uma sociedade tradicional, dócil e ordeira, não intelectualizada mas amante da pátria e enquadrada por elites recrutadas nas classes superiores no plano intelectual e económico.

A este modelo social corresponde o sistema educativo com um secundário de duas vias e um ensino primário pobre e tendencialmente universal.

Ao carácter dissuasor da educação e dos seus efeitos na alteração da estrutura social, associa-se o crescimento do sector privado de ensino, justificado pela reatribuição da missão educativa à família (?) e pelo reconhecimento da Igreja Católica como pilar social e ideológico da nova ordem social.

"...Poder-se-á descrever com fidelidade o Portugal dos anos trinta como uma sociedade paternalista e polari-

zada em termos de classe; com uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno mas acrescente grupo de grandes industriais, uma "classe média" tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis e um número considerável de operários urbanos. Tratava-se, de maneira geral, de uma sociedade isolada e particularmente pobre, em que a fome e a doença produziam um dos maiores índices de mortalidade da Europa" (8)

À questão formulada a nível nacional do interesse ou desinteresse dos pais em mandar os filhos à escola, a resposta faz-se pela negativa. "O Portugal de 1930 continuava a ser uma sociedade tradicional onde não só a educação popular não recebia qualquer estímulo oficial, como as próprias aspirações do povo à educação eram extremamente reduzidas... Para um elevado número de portugueses os benefícios resultantes da educação eram mais do que duvidosos" (9)

Com os seus 61,8% de analfabetos, (10) vai ser nos centros urbanos mais populosos e que apresentam um maior grau de desenvolvimento económico, que se vão registar índices de frequência escolar mais elevado onde a taxa de escolaridade oscilava entre os 35% e 57% e se justificava por uma população altamente concentrada e não agrícola" (11).

No global, só 37,7% das crianças em idade escolar frequentavam a escola primária (12).

Simultaneamente para o ensino secundário liceal, parece verificar-se uma afluência mais do que desejada, em quantidade e em qualidade, considerada nociva pelos efeitos que contém, de desregulação da ordem social.

O quadro traçado nos diversos estudos não deixa antever as movimentações que nesta área, e sobretudo nos meios urbanos se faziam sentir, pelas camadas mais conscientes dos efeitos da educação, para quem o sistema educativo, sobretudo a fase do

grau secundário do ensino, se revelava desejável.

Efectivamente o ensino secundário liceal registou em termos globais (Quadro nº 1) um crescimento médio anual de 4,3% entre 1920 e 1940, sendo de salientar que na década de 30 foi mais acentuado.

Este crescimento, francamente suportado pelo ensino particular, em colégio com um relevo particular na década de 30,

ocorre a par de um movimento inverso para o ensino oficial, que apresenta um crescimento na primeira década e um refrear de intenções na segunda. Este processo afecta ainda o Ensino Doméstico, forma particular de ensino, revelando simultaneamente a sua importância enquanto ensino não público numa fase difícil para o ensino particular ligado sobretudo a ordens religiosas. (Gráfico nº 1).

Quadro 1:
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DAS MATRÍCULAS (EM %) NO ENSINO SECUNDÁRIO SEGUNDO O TIPO DE ENSINO

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	Total
1920/1930	3	8,8	-6,1	3,1
1930/1940	0,74	16,2	0,2	5,5
1920/1940	1,9	12,5	-3	4,3

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE

Quadro 2:
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DAS MATRÍCULAS (EM %) NO ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL (SEXO MASCULINO) SEGUNDO O TIPO DE ENSINO

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	Total
1920/1930	3,2	6,9	-6,8	3
1930/1940	-1,2	13	-4	2,8
1920/1940	0,98	9,9	-5,5	2,9

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

Quadro 2.1:
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DAS MATRÍCULAS (EM %) NO ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL (SEXO FEMININO) SEGUNDO O TIPO DE ENSINO

Ensino Décadas	Ensino Oficial	Ensino Particular	Ensino Doméstico	Total
1920/1930	2,5	15,5	-4,3	3,6
1930/1940	5,4	21,5	6,4	11,1
1920/1940	3,9	18,5	0,9	7,3

Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE.

Retomando a análise do ensino secundário liceal, agora segundo a diferenciação por sexos, (Quadros nº 2 e 2.1) verificamos para o feminino que, este vai apresentar um crescimento muito mais acentuado ao longo dos anos em estudo, excepto no ensino oficial e para a primeira década, em que apresenta uma taxa de crescimento um pouco inferior à do sexo masculino.

Quanto a este, apresenta um pequeno crescimento no ensino oficial e em crescimento mais acentuado no ensino particular.

Em síntese, para o ensino secundário liceal verifica-se, na década de 30, um crescimento com uma incidência digna de registo para as raparigas, que partem de valores muito reduzidos quer no ensino oficial quer no particular. É de sublinhar que o Ensino Particular apresenta um crescimento também muito significativo.

Os Gráficos nº 1 e 2 permitem uma visibilidade maior da evolução destes fenómenos, e do carácter mais tardio da importância do ensino particular em colégio para o sexo masculino.

Quais as repercussões na estrutura social deste crescimento do ensino secundário e de que forma afectou a condição da mulher portuguesa?

Pela análise da população matriculada na década de 30 captada através de um Liceu feminino urbano (cidade do Porto), verificamos que a população feminina que frequentava o ensino secundário liceal, oficial e particular se recrutava basicamente em categorias sócio-profissionais com expressão urbana e fundamentalmente a nível da pequena e média burguesia: Comerciantes, Oficiais das Forças Armadas, o que designamos hoje por Profissões Liberais, Funcionários Superiores do Estado e Empregados mas com configurações específicas para o ensino oficial e para o ensino particular.

Do conjunto, eram as filhas dos detentores das "Profissões Liberais" as que levarão com mais persistência e mais longe os seus estudos, ficando-se a maioria das raparigas

pelo 1º ciclo liceal, os três primeiros anos liceais.

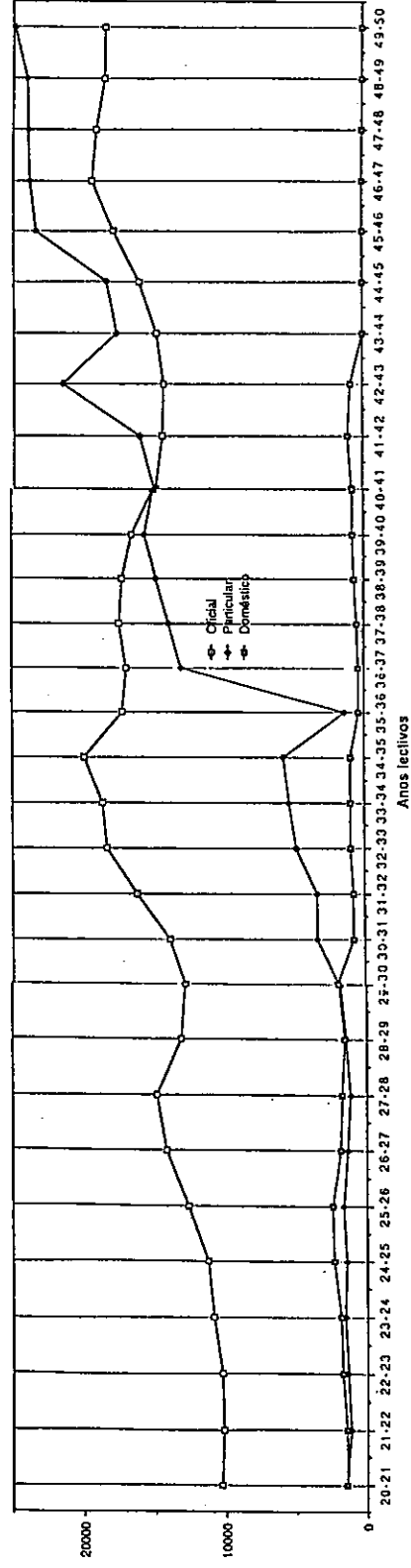
Em todo o caso, há aqui um movimento que se percebe, uma afluência das raparigas ao ensino secundário liceal oficial e particular. E se este, ao ser propiciado, canalizou, por hipótese, sobretudo para as raparigas, uma procura mais educativa do que escolar, o facto da sua conformação ao modelo liceal, pelo Estado, leva a uma transformação interna das suas práticas. Se educa, também escolariza. Paralelamente o liceu feminino, se escolariza, também se pretende educador da mulher. É assim, nestes complexos e ambíguos anos 30, que se captam as linhas directrizes do futuro que somos nós.

II. — O ENSINO LICEAL OFICIAL

Nos textos legais que regulamentam o Ensino Secundário Liceal de 1926 até ao fim da década de 30, encontramos a definição de toda uma política tendente a anular os efeitos promocionais alargados da frequência do ensino liceal e que o volume de inscrições no 1º ano, anualmente, fazia prever. esta política articula-se fundamentalmente em duas partes: — libertando o Estado quer da iniciativa escolar quer atenuando os seus encargos financeiros face ao ensino público, tornando-se mais reduzida a rede pública e a sua valência escolar, ao mesmo tempo que se agravavam as condições de acesso e sucesso escolares, bem como se tornava mais onerosa a sua frequência. Simultaneamente o Estado propiciava a reimplantação do ensino particular e dava-lhe credibilidade escolar ao submetê-lo ao modelo pedagógico do ensino público.

Nos considerandos justificativos destas medidas, sobressaem, com nitidez, os relativos à natureza de classes deste ensino. É a negação das suas potencialidades promocionais que se defende, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista económico; nesse sentido devem os seus custos ser repartidos entre o Estado e os seus utilizadores naturais.

Gráfico N.º 1
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL SEGUNDO O TIPO DE ENSINO

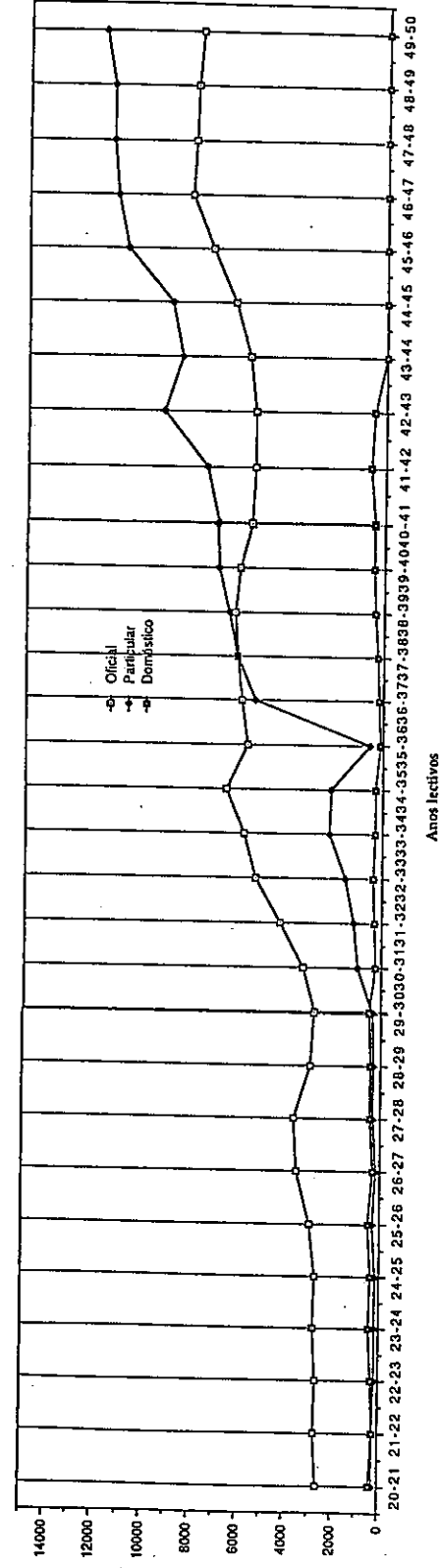


Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE

NOTA: As estatísticas oficiais não registam matrículas do Ensino Doméstico a partir do ano lectivo de 1942-1943.

A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.

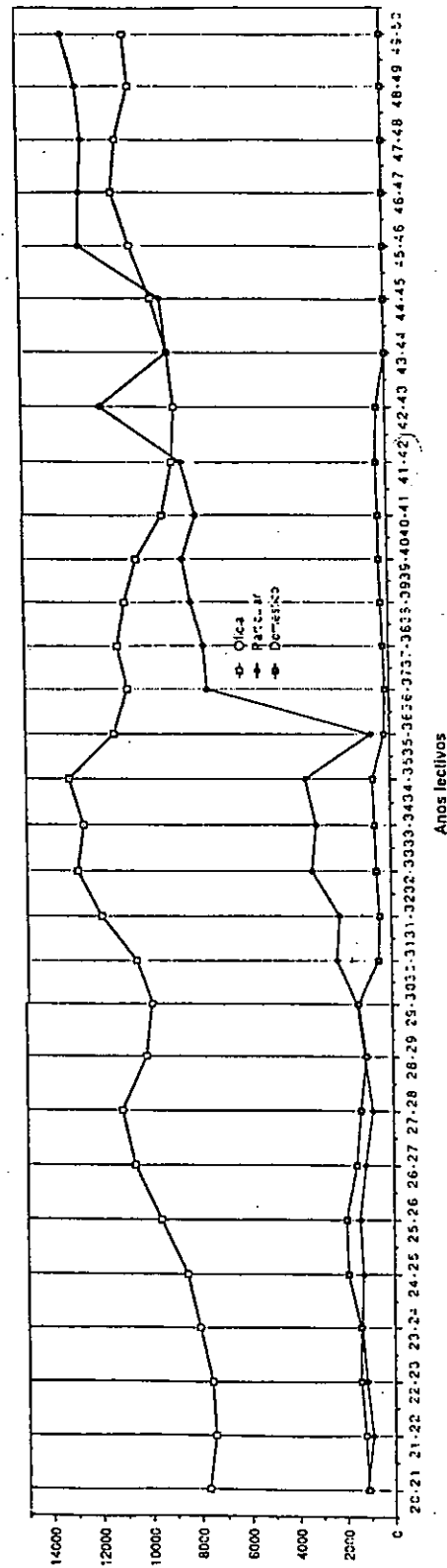
Gráfico N.º 2
ENSINO SECUNDÁRIO LICEAL FEMININO. ALUNAS MATRICULADAS SEGUNDO O TIPO DE ENSINO.



Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE

NOTA: As estatísticas oficiais não registam matrículas do Ensino Doméstico a partir do ano lectivo de 1942-1943.

A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.



Fonte: Anuários Estatísticos, Lisboa, INE

NOTA: As estatísticas oficiais não registam matriculas do Ensino Doméstico a partir do ano lectivo de 1942-1943.

A partir do ano lectivo de 1937-1938 e até 1941-1942, as estatísticas oficiais distinguem o Ensino Particular dentro e fora de Estabelecimento, para efeitos deste trabalho não respeitamos essa distinção e os valores registados resultam da sua aglutinação.

A cada classe social a sua educação, e o processo de conformação da estrutura do ensino à estrutura social permanece. Se a aprendizagem da leitura e da escrita era receada, se a progressão do ensino primário induzia a aspirações ascensionais nocivas à integração social desejada, a afluência ao ensino secundário liceal com maior nitidez fazia antever o desregulamento social que a sua apropriação socialmente generalizada continha, vindo os seus efeitos a agravar-se em seguida no ensino superior.

Entretanto, parece não cessar a pressão demográfica sobre o liceu, nomeadamente, por parte das raparigas. Um diploma legal de 1931 determina o aumento das turmas em vários liceus, face aos pedidos de matrícula. São assim autorizados a aumentar o número de turmas do 1º ano, entre outros, os Liceus Femininos do Porto, Coimbra e Lisboa.

Deve dizer-se que, historicamente e para o caso português, foi uma pressão demográfica feminina liceal, que esteve na origem da criação não só do 1º Liceu feminino em Lisboa, em 1906, como da criação posterior dos outros Liceus Femininos em cidades do Porto (1914) e Coimbra (1916).

III — O ENSINO PARTICULAR

É no quadro desta contenção da oferta estatal e do agravar das condições de acesso e de sucesso escolares no liceu, a partir do qual este se dota de um carácter mais selectivo e elitista, que ganha, todo relevo a promoção do ensino particular.

Este não só vai de 1926 em diante ser objecto de uma definição jurídica mais precisa, como vai ser incentivado na sua missão educativa. Por outro lado, enquanto agência escolar, vai o Estado progressivamente conformá-lo ao modelo liceal estatal.

A promoção do ensino particular ocorre de par com a clarificação institucional política e educativa do regime, tendo o seu ponto alto em 1933, ano da publicação da Constituição, e em que são definidos os lugares relativos do Estado, da Família e da Igreja na educação, e ainda em 1940,

ano da assinatura da Concordata, a partir da qual se torna livre a criação de escolas por parte da Igreja.

Reiniciava-se assim um ciclo de coexistência, nem sempre pacífica, entre o Estado e a Igreja, desta forma, se desarticulava também o projecto laicista e da escola pública que a República acalentava. A educação não tem mais como horizonte o progresso pela ilustração geral e pela difusão do saber positivo. Agora a instrução cede lugar à educação em grau e intenção, e é no sentido da inculcação ideológica, que remete cada um para o seu lugar na estrutura social, apresentada em termos imutáveis, que a desarticulação do projecto republicano anterior se faz.

A promoção do ensino particular para a frequência do ensino secundário liceal era assim altamente integradora, na medida em que não só a sua oferta assegurava o carácter supletivo da acção estatal, como também, pelas condições limitadas com que se apresentava, mais dispendiosas, não permitia um investimento anómico na educação. Este, pela sua própria natureza era inibidor de uma procura alargada. Por outro lado, enquanto ensino não público, emergente, não do Estado mas da Igreja e de outros particulares, expressava a realidade social em toda a sua desigualdade, anulando assim o efeito, também no plano político-ideológico, potencialmente unificador de um sistema de ensino Estatal, único, de serviço público, em última análise, expressão de um direito inscrito na natureza dos cidadãos e que a experiência política recente, liberal e republicana continha.

A promoção do sector privado do ensino contribui para o bom funcionamento do sistema, na medida em que reafirma a desigualdade social e em que permite um desinvestimento do Estado cujo efeito ideológico principal é a anulação da escolaridade como via promocional.

Contudo a sua liberdade de acção apresenta os limites decorrentes da lógica que subjaz à sua existência.

É para desempenhar uma função social, a educação, e neste caso também a esco-

larização secundária, que o seu reaparecimento é permitido, e é no quadro de uma estratégia estatal, desinvestidora de oferta mas não de intencionalidade, que a sua acção é acarinhada. Desta forma, é o Estado que garante a liberdade e que define as suas fronteiras. Assim sendo, a partir de 1926, as disposições legislativas regulamentam-no sempre e à semelhança do Liceu, dado que age em vez deste.

Teoricamente, o ensino público e o ensino privado remetem-nos para duas concepções de colectividade e de serviço prestado. No primeiro caso, a colectividade é assinalada ao Estado e o serviço prestado é público, logo indiferenciado inscrito nas condições gerais de cidadania. Por seu lado, o ensino particular justifica a sua razão de ser pela existência de formas privadas e privativas, dirigindo-se para grupos e clientelas específicas que se definem por contraposição ao modelo público.

Podemos dizer que o Estado Novo baralhou esta funcionalidade, servindo-se do ensino particular, a par de outras medidas de contenção escolar, nomeadamente no ensino primário, como instrumento ao serviço da sua política de ajustar a educação à estrutura social", como resposta negativa a uma procura crescente do ensino secundário liceal.

CONCLUSÃO: IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA

O panorama que acabamos de traçar coloca-nos muitas questões acerca da escolarização feminina, dos seus efeitos para esta categoria social e na estrutura social, dada a sua articulação entre o ensino público e o ensino privado.

Se o ensino público apresenta uma componente credencial indiscutível, supondo a sua extensão e apropriação pelo sexo feminino uma via de acesso a profissões que requerem uma escolarização prolongada ou ao mercado do trabalho no sector terciário; o ensino privado pela natureza das suas instituições (o ensino doméstico, os colégios de religiosas, etc) e particularmente para o

sexo feminino, supõe historicamente, mais a prossecução de uma via educativa, com efeitos no espaço doméstico, do que um projecto escolar, reportando-se qualquer uma destas vias a classes e trajectórias sociais diferentes.

Ora nestes complexos anos 30, e em Portugal, é na articulação destes dois sectores no ensino secundário que se dá o crescimento da população escolar feminina, com mais peso como vimos para o ensino privado e neste mais para o sexo feminino. Contudo, a sua conformação ao modelo estatal obriga-nos a relativizar a médio e longo prazo a sua eficácia puramente educativa, crendo que foi o processo de escolarização secundária das raparigas que definitivamente se impôs.

NOTAS

(1) Edmund Goblot, *La Barrière et le Niveau*, Col. Le sociologique, Paris, PUF.

(2) Émile Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France*, Paris, PUF, 1969, pp. 364.

(3) Veja-se por exp. Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, GEP, 1986, pp. 21 e segs.

(4) Veja-se Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Ed. Presença, Gis, 1978.

(5) Veja-se Sérgio Grácio, *ops. cit.* pp. 32 e segs.

(6) Sérgio Grácio, *ops. cit.* pp. 31.

(7) Veja-se a Constituição da República Portuguesa de 1933 no capítulo relativo à Família.

(8) Maria Filomena Mónica, *ops. cit.* pp. 81.

(9) Maria Filomena Mónica, *op. cit.* pp. 259.

(10) António Nóvoa, *Les Temps des Professeurs*, Vol. II, Lisboa, INIC, 1987, pp. 569.

(11) Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, pp. 243.

(12) António Nóvoa, *op. cit.* pp. 575.

BIBLIOGRAFIA

BALLION, ROBERT, *Les consommateurs d'École, Strategies Educatives des Familles*. Paris, Stock, 1982.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA de 1933 no capítulo relativo à Família.

DURKHEIM, ÉMILE, *L'Évolution Pédagogique en France*, Paris, PUF, 1969.

GOBLOT, EDMUND, *La Barrière et le Niveau*, Col. Le sociologique, Paris, PUF.

GRÁCIO, SÉRGIO, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, GEP, 1986.

GRÁCIO, SÉRGIO, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, GEP, 1986.

MAYEUR, FRANÇOISE, *L'éducation des filles en France au XIX^e siècle*. Paris, Ed. Hachette, 1979.

MAYEUR, FRANÇOISE, *L'Enseignement Secondaire des jeunes filles dans la Troisième République*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

MÓNICA, MARIA FILOMENA, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Ed. Presença, Gis, 1978.

NÓVOA, ANTÓNIO, *Les Temps des Professeurs*, Vol. II, Lisboa, INIC, 1987.

STOER, S. E ARAÚJO, HELENA, "Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas - 1926-1933". In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, 1926-1959, Actas do Colóquio, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. II, pp. 125-147.

STOER, STEPHEN, *Educação e Mudança Social em Portugal, 1970-1980. Uma década de transição*. Porto, Ed. Afrontamento, 1986.

RESUMO

Pretende este pequeno artigo dar conta da situação do Ensino Secundário Liceal Feminino nos anos 30 em Portugal. A situação em presença manifesta-se com algum grau de complexidade, dado que se articula em torno do ensino público e do ensino privado, apresentando-se este, sob diversas formas. Este panorama ganha todo o seu sentido por relação à década em análise e a Portugal, dado o Estado Novo consubstanciar todo um processo de mudança em termos de regime, numa linha conservadora e sob um modelo autoritário, afectando de uma forma muito

precisa o sector educativo aos seus desígnios, sendo nesse quadro, que ganha todo o sentido em termos analíticos, quer o ensino secundário liceal, particularmente no caso feminino, quer a sua articulação em torno do ensino público e privado.

RESUMÉ

On envisage, avec cette étude, analyser la situation de l'enseignement au lycée des filles, dans les années trente, au Portugal. La situation se présente avec quelque complexité du fait qu'il faut considérer l'enseignement public et l'enseignement privé, et que ce dernier présente une diversité de formes, cette analyse s'éclaircit par référence aux années trente, avec la mise en place de l'"Estado Novo" (État Nouveau), corporisant tout un processus de changement de système politique, suivant un modèle autoritaire, avec des implications très précises sur les buts du secteur éducatif. C'est dans ce cadre de références qu'on peut découvrir toute la signification, pas seulement de l'éducation féminine, mais aussi de l'articulation de l'enseignement public avec le privé.

Notre travail s'articule à partir des données des élèves, qui au long des années trente faisaient sa matricule au lycée publique Carolina Michaelis à Porto, aussi bien que dans l'enseignement privé (Domestique, en Collège et Préceptural).

ABSTRACT

This study aims at analysing the situation of girl's secondary schools in Portugal during the 1930s.

This is, indeed, a complex problem due to the fact in addition to state education it is necessary to consider the diversity of forms of provision with regard to private education. Is in the context of the emergence of the *Estado Novo* (the "New State") — which, following Portugal's 1st republic, led to extensive political change in the direction of authoritarianism and meant a new definition of educational aims — that girl's education first gains real meaning in the articulation between state and private education.

The analysis explores data from female student's enrolments in the state secondary school Carolina Michaelis, Oporto, during the 1930s, as well as in private education (both at home and at Colleges).